

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/046896
RECORRENTE: LUCIANO DA SILVA SANTO
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000616358

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO EMENTA: “Multa por infração ao Art. 186, inc. II do CTB, “Transitar na contramão de direção em vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação”. Arquivamento do AIT que se impõe por inobservância do disposto ao Art. 13º da Resolução 619/16–CONTRAN. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor Art. 186, III do CTB – “Multa por infração ao Art. 186, inc. II do CTB, “Transitar na contramão de direção em vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação”. na data de 13/03/2017, na Rodovia BA526, Km 13(...) – Simões Filho/BA. Alega o Recorrente, inobservância do prazo de trinta dias e ausência de notificação de infração de trânsito. Requer o cancelamento do AIT e seu consequente arquivamento. O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso. É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Verifico que **as razões recursais atendem aos interesses legais da Recorrente, pois, muito embora o órgão autuador tenha agido diligentemente**, promovendo a expedição da **NAI- Notificação da Autuação de Infração**, dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, entregando-a em tempo hábil, percebe-se que a NIP-Notificação de Penalidade de Infração, não fora entregue no endereço da Recorrente conforme consta no AR-DIGITAL-CORREIOS acostado aos autos.

É sabido que diante a ausência de notificação do infrator/Recorrente por meio postal ou pessoal, para apresentar sua defesa, se faz necessário a publicação por edital, publicado em diário oficial, como determina o Artigo 13º, da Resolução 619/16-CONTRAN, vigente a época, vejamos:

Art. 13º. Esgotadas as tentativas para notificar o infrator ou o proprietário do veículo por meio postal ou pessoal, as notificações de que trata esta Resolução serão realizadas por edital publicado em diário oficial, na forma da lei, respeitados o disposto no § 1º do art. 282 do CTB e os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva.

Isto posto, agindo discricionariamente, e em estrita observância aos Princípios Administrativos da Legalidade e da Autotutela, se impõe o acolhimento das razões recursais, em razão, apenas no que se refere à inobservância do art. 12º da Resolução 619/16- CONTRAN, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. P000616358, lavrado contra LUCIANO DA SILVA SANTO, insubsistente, determinando o seu arquivamento. Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos do artigo.**

Ficam as demais alegações afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, **julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **P000616358**, determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 22 de dezembro de 2020.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular – SIT- Relatora

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI